



EDITAL DE PREGÃO Nº 008 /2016
PROCESSO Nº 7198/2015
MODALIDADE: PREGÃO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, inscrita no CNPJ sob o nº 29.138.294/0001-02, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo **Menor Preço Por Item**, para atender suas necessidades, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de acordo com a Lei 10.520/02 e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação para o objeto definido neste Edital e respectivos anexos devem ser entregues nos seguintes local, data e horário:

LOCAL: Prefeitura Municipal de Paracambi
DATA: 07 de abril de 2016
HORA: 16:30 horas

1- DO OBJETO

- 1.1- O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para Locação de Palcos, Barracão, Barracas e Lona de Circo, para atender aos Eventos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme termo de referência, especificações e condições constantes deste Edital e seus anexos.

2- DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DO OBJETO

- 2.1- O prazo de execução contratual será de: a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2016.

3- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1- Poderão participar desta licitação as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e as que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
- 3.2- Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no País, as empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública no prazo que perdurar tal punição.
- 3.3- Que nos preços cotados já estão inclusos os impostos, contribuições, taxas, frete, carregadores e, se houver, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

4- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.



4.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme Item 8.1. deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 4.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

4.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 4.4.1., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem.

4.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 4.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.4.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, em sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

4.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

4.4.6. A micro-empresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o modelo anexo ao Edital.



5- DO CREDENCIAMENTO

- 5.1- Cada proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo sua Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
- 5.2- O Credenciamento deverá ser feito por meio de instrumento público de procuração ou por instrumento particular, com firma reconhecida, outorgando poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Nos casos de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, o mesmo deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 5.3- Os interessados ou seus representantes legais deverão apresentar, na abertura da Sessão, **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no presente Edital, conforme modelo anexo a este edital, devendo ser assinada por detentor de poderes comprovados de acordo com o anexo 2 deste Edital. Ressalta-se que a referida Declaração **NÃO DEVERÁ VIR INSERIDA NOS ENVELOPES “1” E “2”**.

6- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 6.1- A Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados pelo representante credenciado, no local, dia e hora acima determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, atendendo fielmente aos seguintes requisitos:
- a) **Envelope A: Proposta de Preço.**
- b) **Envelope B: Documento de Habilitação**, composto pelos documentos relacionados no item 6 deste Edital.
- 6.2- Os envelopes deverão conter, em sua parte externa, os dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACAMBI
PREGÃO Nº 008/2016
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE
Envelope A – Proposta de Preço
Envelope B – Documentação de Habilitação

- 6.3- As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datilografadas ou impressas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante legal, de acordo com os modelos constantes dos Anexos, observando-se ainda o seguinte:
- 6.3.1- conter cotação em moeda corrente nacional (R\$), expressa em algarismo e por extenso e indicação da especificação do objeto licitado;



6.3.2- conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais um resultado;

6.3.3- ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta de preço, será considerado o prazo de 60 dias.

6.4- A Proposta de Preço deverá ainda conter o nome ou razão social do proponente, o endereço completo, os números de telefone e fax e o endereço eletrônico, (se houver).

7- DA HABILITAÇÃO

7.1- A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 6.2 deste Edital.

7.2- O proponente deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação, para participar da presente licitação:

7.2.1- Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração que não possui menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos.
- f) Declaração de fatos supervenientes.

7.2.2- Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal abrangendo a Prova de regularidade relativo à Seguridade Social (CND).
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com a devida PG5 e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.2.3- Qualificação Técnica:



- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, de no mínimo 02 atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.2.4- Qualificação Econômico-financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses da data de apresentação da proposta.
- b) Comprovação, através das demonstrações contábeis, de que possui os seguintes índices financeiros:

ILG \geq 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

AC = ativo circulante

PC = passivo circulante

RLP = realizável a longo prazo

ELP = exigível a longo prazo

- c) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica.
- d) Certidão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Certidão de Habilitação Profissional – CHP do Profissional responsável pela elaboração do balanço.

7.3- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

7.4- Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7.5- Os licitantes **cadastrados e habilitados parcialmente** no Sistema de Cadastramento da Prefeitura, em situação de regularidade, comprovada por meio de consulta ao sistema, apresentar os documentos de habilitação que se segue:

- a) Declaração de fatos supervenientes.
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de regularidade relativo à Seguridade Social (CND).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- e) Certidão de Cadastramento junto a Prefeitura Municipal de Paracambi.

8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO



- 8.1- A reunião para recebimento dos envelopes contendo as Propostas de Preço e os documentos de Habilitação, bem como a abertura dos envelopes da Proposta de Preço, será pública, dirigida por um Pregoeiro em conformidade com este Edital e seus anexos, no local e horário determinados.
- 8.2- No local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados devem comprovar, por instrumento próprio, poderes para a formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do inciso VI do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, e, para a prática dos demais atos do certame, conforme item 4 deste Edital.
- 8.3- Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.
- 8.4- Em seguida, serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, as quais serão conferidas e rubricadas pelo Pregoeiro e pelos componentes do Júri.

9- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.

- 9.1- A presente licitação é do **tipo menor preço por item** sendo que o julgamento das propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que ofertar o menor preço global.
- 9.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica pela comissão.
- 9.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.
- 9.4- Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser realizados sem quaisquer ônus adicionais.
- 9.5- Serão desclassificados as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, as que apresentarem preços superiores ao estimado pela Administração, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de dificultar o julgamento.
- 9.6- Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de **menor preço por item**, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03(três) melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 9.7- Aos proponentes proclamados, conforme item 8.6, retro, será dada oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 9.8- Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.
- 9.9- O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.



- 9.10- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento pelo proponente que a tiver formulado das condições habilitatórias, com base na documentação de habilitação, conforme item 6 deste edital.
- 9.11- Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.
- 9.12- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.
- 9.13- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às sanções administrativas constantes no item 10 deste Edital.
- 9.14- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pelos componentes do júri e pelos representantes dos proponentes presentes.
- 9.15- Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.

10- DOS RECURSOS

- 10.1- Dos atos praticados pelo pregoeiro decorrentes da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/02.
- 10.2- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3(três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias.
- 10.3- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e da adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.
- 10.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 10.5- Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Paracambi, situada à Rua Juiz Emilio Carmo, 71- Centro- Paracambi- RJ.
- 10.6- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do Art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 11.1- Se o proponente vencedor não retirar a Nota de empenho ou não aceitar ou ainda se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:
 - 11.1.1- suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura por prazo não superior a dois anos;



11.1.2- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública sendo de competência exclusiva do Secretário da pasta;

12- DO VALOR

12.1- O valor máximo que a Prefeitura se propõe a pagar é de R\$122.900,00 (Cento e vinte e dois mil e novecentos reais)

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital de Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.01.13.392.0049.2121

ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39.00.00.00.00 – cód reduz.1352

14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1- O pagamento será de acordo com os serviços realizados. Após a emissão da nota fiscal e a entrada do processo na Tesouraria, o prazo de pagamento será de 30 dias, obedecendo a ordem cronológica de chegada, devidamente atestada pelos responsáveis pela fiscalização dos serviços, em 02 (duas) vias, em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus anexos.
- 14.2- O pagamento será efetuado por meio de crédito em nome do proponente vencedor do certame, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 14.3- Havendo atraso de pagamento, o valor devido sofrerá compensação financeira, tomando por base a TR do mês anterior, pro rata tempore, sobre o valor da fatura, bem como uma multa no valor de 1% (um por cento) pro rata tempore a título de penalização.
- 14.4- Para eventuais antecipações de pagamento serão concedidos descontos com bases na TR pro rata tempore.

15- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 15.1- Será considerada recusa formal:
 - a) A não execução dos serviços contratados.
 - b) A execução dos serviços contratados em desacordo com as cláusulas do Contrato, das condições deste Edital e seus anexos, e da proposta de preços.
- 15.2- O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.
- 15.3- O recebimento da notificação dentro do prazo de validade da proposta implicará, necessariamente, na prorrogação deste prazo e, em consequência disso, não terá valor a recusa do licitante, ao cumprimento do dever de contratar, baseada em alegação de decurso de prazo de validade de sua proposta.



- 15.4- A proposta cujo o prazo de validade estiver esgotado será considerada prorrogada por 30 (trinta) dias corridos, se o proponente, consultado a respeito, se pronunciar formalmente dentre de 3(três) dias úteis.
- 15.5- É facultado à Administração do Município, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- 15.6- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital.
- 15.7- A Prefeitura Municipal de Paracambi, reserva-se o direito de rescindir o ajuste, sem que caiba a licitante adjudicatária o direito de indenização de qualquer espécie, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a empresa:
- a) Não cumprir as obrigações estipuladas neste Edital.
 - b) Falir ou dissolver sociedade.
 - c) Transferir os seus encargos a terceiros no todo ou em parte sem prévia anuência do Contratante.
 - d) Deixar de efetuar o recolhimento no prazo de 5(cinco) dias úteis das multas que lhe venham a ser impostas.

16- DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE VENCEDOR.

- 16.1- O proponente vencedor se obriga a cumprir fielmente o estipulado neste Edital e na proposta de preços e, em especial:
- a) iniciar a realização do serviço no prazo estabelecido neste Edital e seus anexos, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, em perfeitas condições;
 - b) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, salvo nos casos previamente consentidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mediante justificção;
 - c) manter todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, até o encerramento dos compromissos pactuados;

17- DA CONTRATAÇÃO.

- 17.1- Findo o processo licitatório, a Prefeitura adjudicará o objeto do instrumento de convocação ao proponente vencedor, nos moldes da minuta de contrato apresentado em anexo a este Edital.
- 17.2- O proponente vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da sua convocação, para retirar a Nota de Empenho e assinar o instrumento contratual.
- 17.3- Caso transcorra o prazo citado acima sem que o contrato tenha sido assinado, a sessão será retomada e os demais proponentes chamados na ordem de classificação.
- 17.4- Será da responsabilidade da contratada o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.



- 17.5- Obriga-se também a contratada por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente Edital e do contrato assinado.
- 17.6- Integrarão o contrato a ser firmado, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste certame licitatório, além da Proposta Comercial a ser praticada por ele.

18- DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 18.1- Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
- a) provisoriamente, na forma prevista na alínea “a” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
 - b) definitivamente, na forma prevista na alínea “b” do inciso II, do art. 73 da Lei Federal 8.666/93;
- 18.2- O Contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 18.3- O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

19- DAS PENALIDADES.

19.1- O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste Edital, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

19.2- A Prefeitura utilizará nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

19.2.1. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

19.2.2. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

19.3. Nos atrasos na prestação dos serviços multa de mora de 0,5% (três décimos por cento), sobre calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 10% (trinta por cento) do valor da obrigação.



19.4. O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

19.5. Por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, a CONTRATADA se reconhece responsável pelo fiel cumprimento das obrigações aqui assumidas, respondendo pelos prejuízos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a CONTRATANTE, em razão de danos a terceiros.

Parágrafo único: Responde, ainda exclusivamente e diretamente, a CONTRATADA por todas as obrigações trabalhistas, sociais, fiscais secundárias e previdenciárias relacionadas ao presente contrato ou vinculadas à sua execução, bem como por todos os custos e encargos relativos ao material e à mão de obra, necessários à mesma execução, inclusive quanto ao uso de marcas, patentes, processos e licenças, porventura envolvidos nessa execução, obrigando-se a manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer exigências, reclamações ou demandas atinentes a tais obrigações, a cuja cobrança regressiva, igualmente, estará sujeita a CONTRATADA, caso impostas ao CONTRATANTE.

20- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

20.1. O Presente Edital e seus anexos, bem como a Proposta Comercial do proponente vencedor farão parte integrante do Processo nº 7198/2015.

20.2- É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.3- Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

20.4- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas e a Prefeitura não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.5- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.6- Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

20.7- O proponente vencedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação para o objeto definido.

20.8- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro em contrário.

20.9- Acompanham este Edital os seguintes anexos:



- **ANEXO I** – Termo de Referência e Modelo de Proposta De Preços
- **ANEXO II** – Modelo de Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.
- **ANEXO III** – Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
- **ANEXO IV** – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.
- **ANEXO V** – Minuta de Contrato.
- **ANEXO VI**- Declaração de Fatos Supervenientes

- 20.10- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente.
- 20.11- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo.
- 20.12- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro Marcos Antonio Ferreira da Silva.
- 20.13- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.14- O foro da Cidade de Paracambi, será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.

Paracambi, 17 de março de 2016.

Marcos Antonio Ferreira da Silva
Pregoeiro Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E VALORES ESTIMADOS

Objeto	<p>Contratação de empresa especializada para locação de equipamentos e estrutura para atender a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo na realização dos Eventos que faz parte do calendário cultural de nossa cidade, nos seguintes quantitativos:</p> <p>LOCAÇÕES DE BARRAÇÃO MEDINDO 14 X 8 COBERTO COM TRELIÇA VERDE</p> <p>LOCAÇÕES DE BARRACAS 3 X 3</p> <p>LOCAÇÕES DE LONA DE CIRCO MEDINDO 18 X 28</p> <p>LOCAÇÕES DE LONA DE CIRCO MEDINDO 30 X 20</p> <p>LOCAÇÕES DE PALCO 8 X 8</p> <p>LOCAÇÕES DE PALCOS 6 X 6</p>
Justificativa	<p>Trata-se de evento inserido no âmbito do Programa Paracambi Cultural, constando na LDO (Lei 1.088/2013) como prioridade na ação Consolidação do Calendário Cultural e Artístico da Cidade. A contratação é indispensável para que a Secretaria de Cultura e Turismo promova o evento cultural descrito no objeto de forma eficiente, segura e confiável, de modo a atingir sua finalidade, vez que não possui em sua estrutura os equipamentos necessários para a promoção do evento. A definição dos equipamentos foi estabelecida com base em consulta realizada junto aos promotores dos artistas, considerando as características do local do evento e fato deste ocorrer ao ar livre.</p>
Objetivo	<p>Estimular e preservar as manifestações e tradições locais, valorizando a produção artística cultural, disponibilizando os meios para garantir a democratização do acesso aos bens culturais integrado às atividades de desenvolvimento econômico do Município e região.</p>
Especificação dos equipamentos	<p>Item 01: Locação de palco com as seguintes especificações: 04 Palco 8mx 8m, com lona branca em excelente estado.Com 02 metros de altura do chão ao piso e altura mínima de 3,5 metros do piso ao teto.</p> <p>Item 02. Locação de 04 lonas de Circo medindo 30 X 20 Lona branca e cobertura piramidal anti chamas.</p> <p>Item 03. Locação de 10 barracão 14m X 8m. Lona verde e cobertura piramidal anti chamas.</p> <p>Item 04. Locação de 300 Barracas 3mx3m. Lona branca e cobertura piramidal anti chamas.</p> <p>Item 05: Locação 30 de palco 6mx 6m, com lona branca em excelente estado.Com 02 metros de altura do chão ao piso e altura mínima de 3,5 metros do piso ao teto.</p> <p>Item 06. Locação de 04 lonas de Circo medindo 18 x 28 Lona branca e cobertura piramidal anti chamas.</p>



<p>Das obrigações da contratada</p>	<ul style="list-style-type: none">• Instalar todos os equipamentos no local indicado observando as normas da ABNT e demais normas técnicas para a atividade, deixando-os em perfeitas condições de uso, no dia anterior ao início da realização do evento, mantendo um operador durante toda a realização do evento;• As despesas de transporte, montagem e instalação das máquinas no local indicado pela Contratante serão de responsabilidade da Contratada;• Prestar assistência técnica corretiva durante a realização do evento, com reposição de todas as peças e material de consumo (suprimentos) que se fizerem necessários, exceto papel, a fim de manter as máquinas em perfeitas condições de uso, ocasião em que deverá:<ul style="list-style-type: none">a) Limpar, regular, ajustar e lubrificar os equipamentos e realizar testes em condições normais de uso de todas as partes vitais da estrutura, caso seja necessário;b) Substituir e consertar todas as peças que apresentarem defeito e desgaste pelo uso normal;c) Refazer o serviço que apresentar qualquer tipo de defeito ou que tiver sido executado fora das especificações contidas na proposta de preços;• Atender aos chamados da Contratante, dentro de um prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sempre que algum equipamento apresentar irregularidade em seu funcionamento;• Emitir relatório de assistência prestada a ser assinado por representante da Contratante;• Designar representante para atuar junto à Secretaria de Cultura ou pessoa por ela designada, e à fiscalização do contrato, para tratar de assuntos relacionados ao serviço com especificações dos limites do seu poder de decisão imediata;• Substituir qualquer executor do serviço, a critério da Secretaria de Cultura, não podendo haver interrupção do mesmo, devendo a Contratada providenciar a substituição para a chamada seguinte;• Responder pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, mobiliário, máquinas, equipamentos e demais bens do Município, ou de propriedade de terceiros sob responsabilidade do Município, durante a execução do serviço, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, no prazo de até 10 (dez) dias após decisão final, devendo ser oportunizada à Contratada defesa prévia;• Prover seus funcionários com equipamentos de proteção adequados à execução do serviço objeto da contratação, atendendo a todas as normas de segurança do trabalho;• Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;• Proceder à substituição do equipamento pendente de assistência técnica por outra em perfeito estado de funcionamento após 02 (duas) horas de paralisação, sem ônus para a Contratante;• Manter no mínimo 01(um) equipamento de reserva;• Fornecer todo o material de consumo e peças de substituição para o regular funcionamento dos equipamentos durante o evento;• Realizar o serviço objeto da presente licitação com equipamentos materiais de qualidade, assim como com profissionais qualificados e nos prazos previstos.• Responder por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços e produtos fornecidos.• Refazer, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o serviço rejeitado, todos os serviços recusados pela fiscalização do contrato.• Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.• Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.• Assumir todos os encargos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: mão-de-obra para instalação e manutenção dos equipamentos, transportes, fretes,
-------------------------------------	---



	<p>ferramentas, peças e acessórios, inclusive de alimentação e hospedagem de seus empregados.</p> <ul style="list-style-type: none">• Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações constantes da proposta e instruções do Projeto Básico e do instrumento convocatório e seus anexos.• Relatar à fiscalização do contrato, toda e qualquer irregularidade observada nos equipamentos.• Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, no local de prestação dos serviços.• Apresentar relação com endereços, telefones, fax, nome dos responsáveis, para fins de contato para os chamados de manutenções corretivas no local do evento.• A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.• Mediante acordo entre as partes poderá haver supressão dos quantitativos das máquinas locadas, em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.• Se o equipamento ofertado no certame licitatório não estiver mais em linha de produção quando do acréscimo referido nos itens anteriores, a Contratada poderá ofertar equipamento de características semelhantes ou superiores àquelas oferecidas por ocasião da contratação.
--	--

Vistoria	A empresa licitante deverá vistoriar o local onde de realização do evento onde serão instalados os equipamentos, de forma a bem elaborar sua proposta.
Regime de execução (indireta)	<ul style="list-style-type: none">• () empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;• () empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;• () tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;• () empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;
Adjudicação	<ul style="list-style-type: none">• () Global;• (X) Por item;• () Integral.
Prazo de garantia	Permanente.
Valor estimado da contratação	A ser informado pelo Setor de Compras quando da cotação.
Classificação orçamentária	<ul style="list-style-type: none">• Elemento de despesa nº 39• Recurso: 100



	<ul style="list-style-type: none">• Cód. Reduzido da dotação nº 1352
Local da prestação	Paracambi - RJ.
Fiscalização e recebimento do objeto	A fiscalização será exercida por servidor a ser designado, quando da contratação, para o recebimento definitivo objeto, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, tudo mediante termo circunstanciado.

VALOR REFERÊNCIA

Item	cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Referência
01	288552	Locação de Barracão Medindo 14 x 8 coberto com treliça verde para atender a Secretaria Municipal de cultura e turismo de 2016 /	1352	Unidade	10	2.800,00
02	288551	Locação de barracas 3 x 3 para atender a secretaria de cultura e turismo no ano de 2016 /	1352	Unidade	300	150,00
03	288554	LOCAÇÃO DE LONA DE CIRCO MEDINDO 18 X 28 PARA ATENDER A SEC.MUN.CULTURA E TURISMO NO ANO DE 2016 /	1352	Unidade	4	1.500,00
04	288555	LOCAÇÃO DE LONA DE CIRCO MEDINDO 30 X 20 para atender a secretaria de cultura e turismo 2016. /	1352	Unidade	4	1.650,00
05	288556	LOCAÇÃO DE PALCO 8 X 8 COBERTO para atender a secretaria de cultura e turismo ano 2016 /	1352	Unidade	4	1.450,00
06	288553	locação de palcos 6 x 6 para atender a secretaria de cultura e turismo no ano de 2016 /	1352	Unidade	30	1.050,00



MODELO DAS PROPOSTA-DETALHE/PREÇOS

Objeto: Locação de barracas, barracão, lonas de circo e palcos, para atender as necessidades da Sec de Cultura e Turismo.

Tipo Cotação: Por Item

..... inscrita no
CNPJ nº, sediado no endereço,
....., telefone (XX) XXXX-XXXX
com o e-mail..... por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de
Identidade nº e do CPF nº, apresenta a seguinte
proposta com validade de....., a ser feito o pagamento, em caso de
contratação, no Banco, agência e número de conta corrente
....., para participação no Pregão n.º XXX/2016.

Item	cod	Descrição	Dotação	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Total
01	288552	Locação de Barracão Medindo 14 x 8 coberto com treliça verde para atender a Secretaria Municipal de cultura e turismo de 2016 /	1352	Unidade	10		
02	288551	Locação de barracas 3 x 3 para atender a secretaria de cultura e turismo no ano de 2016 /	1352	Unidade	300		
03	288554	LOCAÇÃO DE LONA DE CIRCO MEDINDO 18 X 28 PARA ATENDER A SEC.MUN.CULTURA E TURISMO NO ANO DE 2016 /	1352	Unidade	4		
04	288555	LOCAÇÃO DE LONA DE CIRCO MEDINDO 30 X 20 para atender a secretaria de cultura e turismo 2016. /	1352	Unidade	4		
05	288556	LOCAÇÃO DE PALCO 8 X 8 COBERTO para atender a secretaria de cultura e turismo ano 2016 /	1352	Unidade	4		
06	288553	locação de palcos 6 x 6 para atender a secretaria de cultura e turismo no ano de 2016 /	1352	Unidade	30		



ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA FINS DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART 27 DA LEI 8.666/93

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- () não emprega menor de dezesseis anos.
() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local, em _____ de _____ 2016

Representante legal da empresa



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Paracambi, de de 2016

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Rua Juiz Emílio Carmo- 71- Paracambi- Centro

_____, com sede na _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal (o) Sr _____, portador da Carteira de Identidade n ° _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA, que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art.. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 e 45 da mencionada lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Assinatura do representante legal



ANEXO IV

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

DECLARAÇÃO

Nós, da empresa, _____, CNPJ _____, inscrição estadual nº _____, sediada à rua _____, afirmamos de que estamos cientes de todos os termos do edital PREG _____, PROC. _____, da Prefeitura Municipal de Paracambi, e ainda, que cumprimos a todas exigências contidas no mesmo.

_____, de _____ de _____.

Representante legal da empresa

Ident:

CPF:



ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO Nº
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº /2016
TIPO: MENOR PREÇO

Contratante: Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68.

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediada à Rua xxxxxxxx, Bairro xxx, Cidade xxxxx, CEP xxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, nacionalidade, estado civil, portador da Carteira de Identidade nº xxxx – órgão expedidos, inscrito no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado à Rua xxxxxx.

Nos termos da proposta da Empresa xxxxxxxxxxxx, estabelecemos Contrato de Prestação de Serviços depara assim atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. xxx/2016, devidamente homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em xx/xx/2016, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

1- DO OBJETO

- 1.2- O presente Contrato tem por objeto a Locação de Palcos, Barracão, Barracas e Lona de Circo, para atender aos eventos da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme as especificações constantes no edital PREGÃO PRESENCIAL nº...../2016 e seus anexos, os quais integram este termo independentemente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, o valor global dos serviços será R\$_____ (xxxxxxxxxxxxxx reais);

2.1.1 – O pagamento será de acordo com o evento realizado. Após a emissão da nota fiscal e a entrada do processo na Tesouraria, o prazo de pagamento será de 30 dias, obedecendo a ordem cronológica de chegada, devidamente atestada pelos responsáveis pela fiscalização dos serviços, em 02 (duas) vias, em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus anexos.

2.1.2 - O pagamento será efetuado por meio de crédito em nome da Contratada, mediante ordem bancária emitida em seu nome, para crédito na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato e seus anexos.

2.1.3 - Havendo atraso de pagamento, o valor devido sofrerá compensação financeira, tomando por base a TR do mês anterior, pro rata tempore, sobre o valor da fatura, bem como uma multa no valor de 1% (um por cento) pro rata tempore a título de penalização.



2.1.4 - Para eventuais antecipações de pagamento serão concedidos descontos com bases na TR pro rata tempore.

2.2 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

2.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento, cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.5 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.6 - O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório e constante no Contrato.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.8 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.01.13.392.0049.2121

ELEMENTOS DE DESPESA: 33.90.39.00.00.00.00 – cód reduz.1352

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pela Contratada.

3.4 - O contrato terá vigência de xx (xxx) meses, com início em ____/____/2016 e término em ____/____/2016.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Do Município:

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;



4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avançado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

4.2 – Da Contratada:

4.2.1 – Prestar os serviços objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº./2016;

4.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

4.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;

4.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

4.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta as suas despesas, incluindo alimentação de seus trabalhadores, combustível e transportes de materiais;

4.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº./2016;

4.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo nos casos previamente consentidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mediante justificção.

4.2.8 – Responder, por força do presente contrato e da legislação de regência da matéria, pelos prejuízos que causar ao Contratante ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, diretamente ou por seus prepostos e empregados, bem como de qualquer agente que, por sua conta, intervir ou for utilizado naquela execução, sujeitando-se à cobrança regressiva de todo e qualquer ônus porventura imposto a Contratante, em razão de danos a terceiros;

4.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços prestados em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES

5.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:



I. Advertência;

II. Nos atrasos na prestação dos serviços: multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor da obrigação;

III. Nas inexecuções totais: multa indenizatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

IV. Nas inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Edital.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

V. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

VI. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima serão descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.2.1 – Nos casos de rescisão contratual, o prazo para pagamento da multa aplicada e não paga será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

6.3 - Da aplicação das penas definidas nos subitens "I" a "VI", do subitem 6.1, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, em igual prazo.

6.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

6.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;

II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;

III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato sem prévia análise e autorização da Secretaria requisitante;

IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;



V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

6.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor, cujo extrato será publicado pelo Município no prazo disposto em Lei.

Paracambi, de de 20 .

Tarciso Gonçalves Pessoa
Prefeito Municipal de Paracambi

...../CONTRATADA

.....

Diretor

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF

.....

Nome:

CPF



ANEXO VI

Modelo de Declaração de Fatos Supervenientes

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CGC ou CIC nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data *inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.*

(a) _____
nome e número da identidade do declarante